

Banestado: investigação sem recursos

Relatórios oficiais alertaram para a precária infra-estrutura na apuração de fraudes no banco

Hugo Marques, de Brasília

Relatórios da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que as investigações da fraude de US\$ 30 bilhões do Banco Banestado foram entravadas por falta de máquinas de fotocópia, linhas telefônicas, impressoras e alocação de verbas tão irrisórias quanto R\$ 1 mil para pagar papel. Faltaram à PF em Foz do Iguaçu (PR) - o epicentro do esquema de lavagem de dinheiro - até carros para fazer diligências, no governo passado. Um relatório feito pela Missão Especial em Foz do Iguaçu para investigar o caso Banestado expõe a precariedade com que trabalhava a equipe.

O documento foi enviado à direção da PF em agosto de 2002 e é assinado pelo chefe da Missão, o delegado Antônio Carlos Carvalho de Souza. Em seu relatório, Souza denuncia várias "carências" que estavam obstruindo o trabalho da missão.

O delegado destaca que só tinha dois veículos para as diligências, sendo um "em sofrível estado de conservação" e outro que não apresentava condições para trafegar fora do perímetro urbano de Foz de Iguaçu. O delegado denuncia ainda que só havia recebido R\$ 1.500 para pagamento de material de expediente para toda a missão. Para a aquisição de papel, dizia o delegado, "seriam necessários pelo menos mais R\$ 1 mil". Neste período, a PF estava desmembrando os inquéritos policiais e alguns se transformavam

em calhamaços com mais de mil páginas. O mesmo relatório da PF denuncia a falta de pagamento de diárias a profissionais de outros Estados, que eram incluídos na Missão Especial de Foz.

Uma delegada que presidia 467 inquéritos, informou o delegado, estava na ocasião há três meses sem receber diárias. O relatório da PF relata as constantes recusas da instituição em fornecer mais policiais para fortalecer as investigações. As barreiras enfrentadas pela Missão Especial para investigar o caso Banestado, denuncia o relatório da PF, vinham desde início de 2001.

O mesmo documento da PF inclui transcrições de uma auditoria operacional do TCU, feita em maio de 2001, em Foz do Iguaçu, mostrando que as dificuldades vinham ocorrendo há muito tempo. Na auditoria, o TCU avisou ao governo que a PF tinha "deficiências de recursos humanos e materiais" em Foz, onde era investigada a lavagem de dinheiro pelas contas CC-5.

Entre as deficiências enumeradas pelo TCU estava também a falta de viaturas para os constantes deslocamentos entre as cidades envolvidas no esquema de lavagem, número insuficiente de máquinas para fotocópias e falta de papel. O TCU alertou ainda que a inexistência de linha telefônica exclusiva para os trabalhos implicava "menor agilidade" e riscos relacionados ao sigilo das investigações.

O TCU avisou ao governo sobre computadores e impressoras obsoletos, com panes frequentes, o que às vezes acarretava a perda de todo o material digitado pela PF. O relatório do tribunal sinaliza que os policiais poderiam economizar tempo se tivessem scanners. O TCU também informou ao governo que, desde 1998, vinha faltando dinheiro para pagar diárias e passagens à equipe envolvida na investigação. Ao final do relatório do TCU, o ministro-relator adverte: "No nosso entender, o governo não tem concedido ao assunto a importância devida, sendo inadmissível a falta de recursos que prevalece nas investigações, em se tratando de fraudes noticiadas com grande destaque pela imprensa, notadamente por ocasião da CPI dos Precatórios."

Além de relatórios, os fatos mostram a lentidão das investigações sobre lavagem de dinheiro. Esta semana foi preso um delegado federal em Fortaleza, acusado de repassar informações sigilosas ao doleiro Alexander Diógenes Ferreira Gomes. Desde novembro de 1999, no entanto, as investigações da PF apontavam para a participação de policiais federais no esquema, conforme foi noticiado na época.

Jornal do Brasil – 20/6/2003